

## 7. Autoridade Marítima Nacional

### a) Introdução

Esta síntese identifica as atividades realizadas na Autoridade Marítima Nacional (AMN) no âmbito da Direção-Geral da Autoridade Marítima e do Comando-Geral da Polícia Marítima (DGAM/CGPM) durante o ano de 2016.

O desenvolvimento das atividades da DGAM/CGPM para 2016 decorreu de forma a dar continuidade ao trabalho desenvolvido, no sentido de assegurar o atingir dos objetivos estratégicos superiormente definidos.

A assunção de uma abordagem abrangente do mar visa identificar as relações entre os diversos órgãos e serviços das diferentes tutelas que nele têm responsabilidades. No âmbito funcional de administração marítima, e desde a criação da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) e da Direção-Geral da Política do Mar (DGPM), aquando da última reforma institucional operada na tutela do Mar, assistiu-se à progressiva solidificação das respetivas estruturas, tendo-se mantido, em termos institucionais, o quadro de colaboração entre aqueles serviços e os órgãos e serviços integrantes da AMN, e, em especial, da DGAM, sendo expectável, com a entrada em funções do XXI Governo Constitucional, e com a publicação da sua lei orgânica (LOGV) – Decreto-Lei nº 251-A/2015, de 17 de dezembro -, um crescendo na articulação interdepartamental, tanto mais que o Mar constitui, agora, um Ministério próprio em sede governamental.

Neste contexto, é relevante sublinhar que, não obstante o nº2, do artigo 15º, daquele diploma, se procede à definição de que o “Ministro da Defesa Nacional exerce as competências legalmente previstas sobre os serviços, organismos, entidades e estruturas identificados no Decreto-Lei nº 183/2014, de 29 de dezembro (...)”, isto é, a Autoridade Marítima Nacional expressamente incluída em tal âmbito, também é certo que a LOGV preceitua, igualmente, no nº4 daquele preceito, que “Compete ao Ministro da Defesa Nacional, conjuntamente com a Ministra do Mar, no âmbito das respetivas competências, definir as orientações estratégicas para a Autoridade Marítima Nacional e coordenar a execução dos poderes de autoridade marítima nos espaços sob jurisdição e no quadro de atribuições do Sistema da Autoridade Marítima.”, o que pressupõe uma articulação mais estreita entre a tutela do Mar e – através da tutela da Defesa Nacional - a AMN.

O mesmo tipo de processo de cooperação reforçada continuou a desenvolver-se com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), atualmente um dos parceiros estratégicos da DGAM, prosseguindo a cooperação funcional que já se havia construído, anteriormente, entre a AMN, o Instituto da Água e as Administrações de Região Hidrográfica (ARH), sobretudo em matéria de ordenamento e gestão balnear, construções abusivas em espaços do Domínio Público Marítimo (DPM), procedimentos concursais quanto a concessões e licenciamentos de estruturas amovíveis em espaços balneares, fiscalização de recursos, delimitação de terrenos privados com o DPM e, no aplicável, ocorrências de poluição marítima, tendo-se continuado – embora com menor grau de sucesso - os trabalhos legislativos conjuntos no âmbito do registo patrimonial marítimo de embarcações a operar em águas interiores sob jurisdição da APA.

No seguimento da publicação da Lei n.º 68/2004, de 29 de agosto, que aprovou o regime jurídico do exercício da atividade do nadador-salvador, foi desenvolvido todo o processo regulamentar das suas premissas, tendo já sido publicadas, entre outros, a Portaria n.º 311/2015, de 28 de setembro, e a Portaria n.º 373/2015, de 20 de outubro, além de ter sido publicada a Portaria n.º 123/2015, de 5 de maio, com relevância nesta matéria.

Também na sequência da publicação da Lei n.º 70/2014, de 1 de setembro, sobre o regime do mergulho profissional, já se está em fase de finalização do respetivo processos legislativo.

No âmbito do assinalamento e posicionamento marítimo, foram publicadas as diretivas da Categorização do Assinalamento Marítimo e dos Níveis de Serviço da Direção de Faróis, estabelecidos os Indicadores de Performance do Assinalamento Marítimo Nacional e o Regulamento de Balizagem Marítima Nacional, através da Portaria n.º 177/2016, de 24 de junho.

b) Atividades desenvolvidas

(1) Assegurar o salvamento marítimo, socorros a náufragos e assistência a banhistas (DGAM-D1)

Esta atividade visou desenvolver as capacidades, as competências e o dispositivo do Instituto de Socorros a Náufragos (ISN), por forma a obter-se racionalidade e eficácia na prestação desse serviço de interesse público.

| TIPOLOGIA   | N.º acções |
|---|------------|
| <b>Salvamento Marítimo</b>  |            |
| N.º total de saídas dos salva-vidas   | 2468       |
| N.º de saídas de Socorro  | 346        |
| N.º de embarcações assistidas   | 99         |
| N.º de pessoas assistidas   | 435        |
| N.º de embarcações resgatadas   | 11         |
| N.º de vidas salvas   | 55         |
| <b>Assistência a Banhistas</b>  |            |
| Salvamentos efetuados por nadadores salvadores em praias vigiadas                                   | 605        |
| Assistência/salvamentos a banhistas realizados com 28 viaturas do projeto AMAROK cedidas pela SIVA: |            |
| Salvamentos   | 262        |
| Assistências de 1.ºs socorros   | 542        |
| Crianças perdidas nas praias  | 35         |

|   |     |
|---|-----|
| Assistência/salvamentos a banhistas realizados com as 15 motos 4x4 e tipo GOES doadas pela Vodafone                       |     |
| Salvamentos   | 85  |
| Assistências de 1.ºs socorros   | 491 |
| Crianças perdidas nas praias  | 19  |
| Assistência/salvamentos a banhistas realizados com as 7 motos de salvamento marítimo doadas pela Vodafone                 |     |
| Salvamentos   | 6   |
| Mortalidade por parte dos banhistas na prática balnear durante o período estipulado pela Portaria n.º 267/2010, de 16ABR: |     |
| Praias vigiadas marítimas   | 0   |
| Praias não vigiadas marítimas   | 6   |
| Praias vigiadas fluviais  | 1   |
| Praias não vigiadas fluviais  | 3   |
| Número total  | 17  |

Quadro 7.1 – Salvamento marítimo, socorro a náufragos e assistência a banhistas

(2) Assegurar as adequadas capacidades para o assinalamento e posicionamento marítimo (DGAM-D2)

Esta atividade foi assegurada pela Direção de Faróis (DF), visando desenvolver as capacidades e as competências do seu dispositivo, por forma a melhor cumprir a missão que lhe está cometida no âmbito do assinalamento e posicionamento marítimo.

Além das atividades relevantes expressas no Quadro 7.3, no âmbito da área técnica, foram executadas múltiplas ações de manutenção, substituição e alteração dos sistemas iluminantes de faróis, farolins e boias, para garante da melhoria dos respetivos alcances e visibilidade, manutenção dos equipamentos flutuantes (boias), implementação de soluções conducentes à redução dos consumos energéticos, implementação de soluções para melhoria do controlo e monitorização dos dispositivos de sinalização e das estações da rede nacional DGPS, para além da continuação do programa de remodelação total das instalações de proteção de todos os faróis contra as descargas atmosféricas.

De realçar a instalação de AIS Virtuais nos Separadores de Tráfego da Roca e de S. Vicente e a implementação de novos farolins em S. Miguel - Fenais e Feteira.

Ao nível de Infraestruturas, realizaram-se diversas ações de manutenção nos faróis e infraestruturas anexas do continente e ilhas, procurando-se consolidar o conceito de intervenção ao nível do 1.º e 2.º escalão de manutenção, com redução significativa das intervenções ao nível do 3.º escalão, permitindo garantir ganhos significativos em termos de economias de escala. Continua em curso a junção da área oficial do ISN e da DF, dando continuidade ao processo de criação do Serviço de Apoio Oficial da AMN.

Foi dado cumprimento integral dos compromissos assumidos no âmbito da prestação de serviços de manutenção dos dispositivos de assinalamento marítimo portuário, no âmbito dos protocolos estabelecidos com as administrações portuárias e outras entidades. De acordo com o protocolado com a APS continuou-se o processo de remodelação e uniformização dos assinalamentos.

Ao nível cultural merecem destaque a participação da Direção de Faróis na elaboração do Livro de Aguarelas - Farol do Cabo Sardão e a Exposição de Pinturas de Faróis e o sucesso crescente da abertura dos faróis a visitas, iniciativa que em 2016 contou com um número total de 64.420 visitantes, o que representa um crescimento de 20,4% face ao ano anterior.

No âmbito da Cooperação Técnico-Militar, a Direção de Faróis assessorou a Guarda Costeira de S. Tomé e Príncipe na manutenção dos assinalamentos marítimos e apoiou a DGPDN na aquisição de materiais e equipamentos para a ação de manutenção a desenvolver em 2017.

No âmbito da "International Association of Marine Aids to Navigation and Lighthouse Authorities" (IALA), a Direção de Faróis organizou o 1.º Seminário Lusófono do Assinalamento Marítimo, o workshop E-Navigation – "Workshop on Shore-based Maritime Services – From Theory to Practical Use" e a 62ª reunião do conselho diretivo, da qual faz parte integrante até 2018. Foi ainda garantida a participação em diversas reuniões e painéis, com intervenção ativa na definição da regulamentação internacional inerente ao assinalamento e posicionamento marítimo.

(3) Assegurar as adequadas capacidades para combate à poluição do mar (DGAM-D3)

Esta atividade é assegurada pelo Serviço de Combate à Poluição do Mar (SCPM), sendo responsável pelo estabelecimento de procedimentos de natureza técnica relativos à vigilância e combate à poluição do mar, bem como pela coordenação e desenvolvimento de operações tendentes ao combate à poluição através, nomeadamente, da ativação do Centro Nacional de Coordenação Operacional, quando necessário, e da direção superior das ações dos Destacamentos de Intervenção, quando constituídos.

Realça-se o tratamento de 128 derrames e/ou potenciais derrames, dos quais 15 Pollution Report (11,72), 111 alertas do sistema em operação na EMSA CLEANSEANET (CSN) (86,72 %) e 2 outros alertas (1,56%), relativos a outros tantos potenciais episódios de poluição do mar, que ocorreram no espaço marítimo português.

Dos 111 potenciais derrames registados pelo sistema CSN em águas sob jurisdição portuguesa, 109 (98,20 %) não foram verificados nem confirmados, 2 (1,80%) foram verificados, confirmando-se um com não confirmado e outro confirmado como lamas provenientes de ETAR.

Realizou-se um (1) treino operacional interno, executado na Base Logística Nacional de Combate à Poluição do Mar situada em Tróia, que teve a duração de cinco dias e envolveu todo o pessoal do SCPM. Foi ainda planeado, coordenado e executado, em estreita colaboração com o Departamento Marítimo do Sul, o exercício "ATLANTIC POLEX.PT 2016". Este exercício, executado no nível dois do Plano Mar Limpo, contou com a participação de diversas entidades, das quais se salientam a European Maritime Safety Agency (EMSA), o SASEMAR, a Marinha Portuguesa, a Força Aérea Portuguesa, a Universidade do Algarve, a Câmara Municipal de Portimão e respetiva Proteção Civil Municipal, a OSRL, a APS, a SVITZER, o Zoomarine, entre outras.

Foram elaborados pareceres técnicos relativos ao licenciamento de bancas em Sines, licenciamento de posto de combustível para embarcações em São Mateus/Ilha

Terceira, e do projeto de alteração do traçado do gasoduto de GPL da TRANS em Ponta Delgada.

(4) Assegurar as adequadas capacidades para a Segurança Nacional externa/interna - Defesa Civil - Policiamento Marítimo (DGAM-D4)

Esta atividade é assegurada pela Polícia Marítima (PM), que é uma força policial armada e uniformizada, dotada de competência especializada nas matérias e espaços legalmente atribuídas ao Sistema de Autoridade Marítima e à Autoridade Marítima Nacional, e composta por militares da Marinha e agentes militarizados. Durante o ano de 2016 foram executadas 102.518 missões nos espaços de atuação operacional da Polícia Marítima, das quais 48.412 na área portuária, 8.990 no âmbito da pesca, 4.899 no âmbito da náutica de recreio, 9.329 a navios e embarcações, 26.127 no domínio público marítimo e 4.761 noutros âmbitos. Foram ainda efetuadas 16.844 visitas de entrada e saída a navios. No que concerne a contraordenações, foram elaborados um total de 7.138 autos, relativos a ilícitos ocorridos nos espaços de jurisdição dos Comandos Locais da Polícia Marítima. Destes, de destacar os 2.653 registados no âmbito da fiscalização das pescas, 1.880 ocorridos no domínio público marítimo e 2.184 de outro âmbito. Relativamente aos ilícitos criminais registaram-se 987 crimes, dos quais 612 contra o património, de onde se destacam os 152 furtos de objetos não guardados, 159 outros furtos, 43 furtos em veículos motorizados e 69 furtos de motores de embarcações. Quanto aos crimes contra as pessoas foram apurados 264 ocorrências, das quais 76 crimes contra a vida (onde se incluem os suicídios) e 95 crimes de ofensa à integridade física voluntária simples. Nas restantes categorias de crimes foram registados 46 crimes previstos em legislação especial, 42 crimes contra a vida em sociedade e 23 crimes contra o estado. No âmbito do combate ao tráfico de estupefacientes, releva-se a apreensão de 69,21 quilogramas de haxixe, bem como a detenção de três indivíduos, por posse de estupefacientes em quantidades superiores ao permitido por lei, para que seja considerado para consumo próprio.

Em termos operacionais, foram realizadas 259 operações conjuntas com diversas entidades que permitiram o combate a ilícitos criminais e contraordenacionais praticados nos espaços de jurisdição dos comandos locais da PM.

O Grupo de Ações Táticas (GAT) da PM foi empenhado em seis ações reais, totalizando 510 horas de missão.

O Grupo de Mergulho Forense (GMF) da PM, no âmbito da sua atividade operacional específica realizou 698 horas de missão divididas em 28 missões: 10 buscas para recuperação de cadáveres, 5 cooperações com a Polícia Judiciária, 4 buscas, deteção e avaliação de sinistros marítimos e 4 participações em segurança a eventos e exercícios.

No domínio da cooperação Internacional, a PM integrou a “Operação Poseidon”, da FRONTEX, de 1 de Janeiro a 30 de setembro de 2016, com duas embarcações semi-rígidas cabinadas, uma viatura de vigilância costeira e 11 elementos da PM, com o apoio permanente de 1 militar e 1 militarizado faroleiro, no âmbito da manutenção dos referidos meios. No período de 1 de fevereiro a 15 de março reforçaram esta operação mais 2 elementos da PM nas funções de *registration and fingerprinting experts*. A operação decorre no mar Egeu e o seu objetivo é cooperar com a Grécia no controlo e vigilância das suas fronteiras marítimas nomeadamente, no combate à imigração ilegal

com destino à Europa. A PM, ao longo de 1659 horas de missão no mar, efetuou o resgate de 1918 pessoas e deteve 1 facilitador à imigração ilegal.

No âmbito do projeto Rede Europeia de Patrulhas Marítimas (EPN) da FRONTEX, no que diz respeito ao controlo das fronteiras marítimas, foram em 2016, empenhados meios operacionais da PM em diversas operações no Algarve e na Madeira, de onde se releva 3.698 horas de empenhamento, 3.913 embarcações fiscalizadas e 9.482 pessoas de diversas nacionalidades identificadas.

(5) Promover o acompanhamento das iniciativas nos domínios afetos à Segurança Marítima (DGAM-D5)

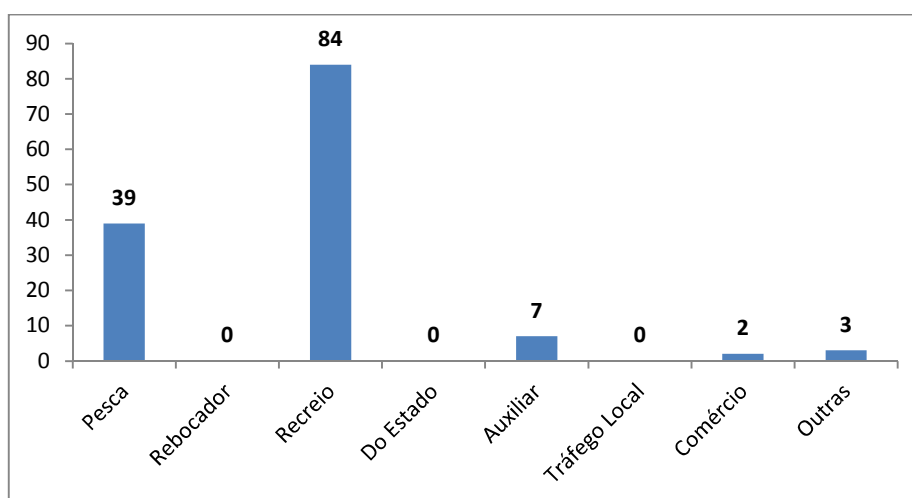
Esta atividade é assegurada pela Direção Técnica, sendo responsável pelo estabelecimento de procedimentos de natureza técnica que, no âmbito da DGAM, devam ser desenvolvidos em matéria de fiscalização das águas sob jurisdição marítima nacional e áreas integrantes do domínio público marítimo, bem como a vigilância, segurança da navegação, preservação dos recursos vivos e proteção do meio marinho.

A DGAM colaborou também na produção legislativa sobre matérias relativas à segurança marítima e este representada em eventos nacionais e internacionais subordinados a este tema.

Enquanto agente de proteção civil, de acordo com a Lei de Bases de Proteção Civil (Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho, republicada pela Lei n.º 80/2015, de 3 de Agosto), a AMN tem assento na Comissão Nacional de Proteção Civil, onde é representada pelo Diretor-Geral da Autoridade Marítima.

Durante o ano de 2016 a AMN, através das capitánias dos portos e dos comandos locais da Polícia Marítima, continuou a apoiar as operações de scooping, no âmbito do combate aos incêndios florestais, em particular no Rio Douro e nos estuários dos rios localizados na região norte do País.

O quadro seguinte apresenta informação sobre sinistros marítimos ocorridos durante o ano de 2016, verificando-se, relativamente a 2015, um incremento do número de sinistros com embarcações de recreio.



Quadro 7.2 - Distribuição dos sinistros por tipo de embarcação em 2016

(6) Edificar, sustentar e manter as capacidades da logística estrutural, genética e operacional da Autoridade Marítima (DGAM-D6)

Esta atividade, de execução transversal a diversos serviços, é assegurada maioritariamente pela Direção de Administração Financeira e Logística (DAFL), responsável por desenvolver as ações de planeamento, coordenação e execução e de gestão financeira e patrimonial de acordo com os objetivos e fontes de financiamento superiormente definidas, bem como a planificação de toda a atividade logística. Em 2016, salienta-se a conclusão da deslocalização do SCPM para as instalações situadas na Base Naval de Lisboa, as beneficiações do Instituto de Socorros a Náufragos, do Comando Local da Polícia Marítima de Vila do Conde, dos Postos Marítimos da Lapela e da Foz do Arelho, a edificação das Estações-Salva vidas de Olhão e do Funchal, a criação de espaço de Armazenagem para o Grupo de Mergulho Forense da PM em Sesimbra e no Funchal (Calheta), substituição das caixilharias dos Faróis de Aveiro e da Ponta da Piedade e beneficiação do Farol da Ponta da Piedade, do Farol do Penedo da Saudade, de Montedor e do Cabo Raso, entre outras.

No âmbito do apetrechamento realça-se a aquisição de equipamentos para a Sala de Situação do Comando Local da Polícia Marítima de Lisboa, a adaptação de uma segunda viatura de vigilância costeira da PM, a aquisição dos equipamentos para edificação do Projeto Costa Segura, a instalação de sistema de vídeo-conferência na Escola da Autoridade Marítima e a aquisição de diverso equipamento tático destinado aos Grupos de Ação Tática e de Mergulho Forense da PM.

Foi assegurado o aprontamento, sustentação logística e retração dos meios das operações que decorreram no controlo das fronteiras externas da união Europeia, designadamente das missões JO Poseidon 2016, Triton 2016 e RABIT 2016, sob a égide da Agência Europeia FRONTEX, bem como das fases I e II da extensão da Capitania do Porto e Comando Local da Polícia Marítima do Funchal ao Subarquipélago das Selvagens.

É de realçar ainda o investimento realizado, por via da dotação atribuída na fonte de financiamento LPM, na edificação da componente de comando e controlo no âmbito do combate à poluição do mar, incrementando a capacidade operacional do SCPM.

No prosseguimento duma política de renovação e modernização dos meios afetos à AMN foram em 2016 objeto de reparação a S/R "Culatra", S/R "Praia Dourada", a remotorização da EAV "Arrifada" e a EAV "Ria Formosa", S/R "37" entre muitas outras. Concretizaram-se ainda reparações importantes nos meios afetos ao salvamento marítimo, designadamente UAM "Levante", UAM "Berlenga" e "Nortada".

Fazendo uma referência à atividade inspetiva no âmbito da AMN, durante o ano de 2016, a nível central, foram efetuadas, de acordo com o plano aprovado, 4 inspeções a órgãos e serviços locais da DGAM. Todas as inspeções tiveram em conta as inspeções anteriores, englobando as áreas de Conservatória e Registos, DPM, Pescas e Comando. Concomitantemente foram efetuadas inspeções na área específica da PM nos Comandos Locais e Postos Marítimos, correspondentes por Inspetores dessa Polícia.

Ainda neste âmbito, mas enquanto órgão auditado, foi recebido no final de 2016, proveniente da Inspeção-geral da Finanças, o relatório final da auditoria realizada à DGAM em 2014/2015.

ATIVIDADES DA DGAM / CGPM

| Descrição da Atividade/ Ações | Indicadores de realização da Atividade   | Contributo da Ação para o resultado | Meta    | Taxa de Realização | Observações / Notas             |
|-------------------------------|--|-------------------------------------|---------|--------------------|---------------------------------|
| DGAM-D1                       | <u>Realização de cursos:</u><br>n.º formação para manutenção de certificação de nadador salvador | 100                                 | 80      | 98,00%<br>98,00%   | 83 formações                    |
| DGAM-D2                       | <u>Ações de manutenção:</u><br>N.º ações em faróis/farolins                                      | 100                                 | 3.000   | 104,13%<br>104,13% | 3.124 Ações                     |
| DGAM-D3                       | <u>Assegurar adestramento do pessoal:</u><br>Treinos e exercícios                                | 100                                 | 1       | 100,00%<br>100,00% | 1 Exercício                     |
| DGAM-D4                       | <u>Vigilância, fiscalização e policiamento:</u><br>N.º ações de vigilância e fiscalização;       | 100                                 | 100.000 | 102,52%<br>102,52% | 102.518 Ações                   |
| DGAM-D5                       | <u>Emissão de pareceres:</u><br>N.º pareceres âmbito assinalamento marítimo                      | 100                                 | 20      | 85,00%<br>85,00%   | 17 Pareceres                    |
| DGAM-D6                       | <u>Atividade inspetiva:</u><br>N.º ações a órgãos dependentes                                    | 50                                  | 4       | 102,63%<br>100,00% | 4 Ações                         |
|                               | <u>Unidade de Tesouraria:</u><br>Saldo de créditos libertos                                      | 50                                  | 95%     | 105,26%            | 100% Saldo de créditos libertos |

Quadro 7.3 – Atividades da DGAM / CGPM

c) Atividade não programada

De modo a incrementar a capacidade da PM na área da vigilância costeira foi executada nas oficinas da Direção de Faróis, a adaptação de uma segunda viatura tática, tendo sido instalado um radar, um recetor de AIS e um sistema de energia autónomo, bem como a correspondente formação visando o melhoramento dos conhecimentos de operação radar dos Agentes da PM.

De referir ainda o esforço feito na recuperação de viaturas cuja utilização operacional foi solicitada pelo Comando-Geral da Polícia Marítima e a recuperação de Unimog's.

No âmbito da segurança da navegação, da salvaguarda da vida humana e do combate à poluição foi implementado o sistema "Costa Segura", que visa a cobertura nacional até 2018, num total de 24 estações locais com controlo remoto via internet. Em 2016 foram adquiridas e instaladas 8 estações (Caminha, Leça-Leixões, Figueira da Foz, Cascais, Selvagem Grande, Funchal, Horta e Corvo).

Considerando a necessidade de assegurar a presença permanente da Autoridade Marítima nas Ilhas Selvagens, bem como garantir o exercício da autoridade do Estado nomeadamente em matéria de vigilância, fiscalização, patrulhamento e exercício de polícia, em especial em matéria de proteção e preservação do meio marinho e segurança da navegação, das pessoas e bens em toda a área marítima, foram requalificadas as infraestruturas existentes ilha, de modo a albergar as extensões do Comando Local da Polícia Marítima do Funchal e da Repartição Marítima do Funchal, na Selvagem Grande, cujos trabalhos decorreram no âmbito das missões Selvagem I e II.

d) Recursos

(1) Recursos humanos

| Quadro do pessoal  | Categoria                         | Lotação | Existência |
|--|-----------------------------------|---------|------------|
| MILITAR<br>(inclui Comissão do<br>Domínio Público<br>Marítimo) | Oficiais                          | 100     | 100        |
|  | Sargentos                         | 65      | 61         |
|  | Praças                            | 125     | 125        |
|  | Sub-total                         | 290     | 286        |
| MILITARIZADOS  | Polícias Marítimos                | 513*    | 538        |
|  | Troço-de-mar                      | 113     | 110        |
|  | Faroleiros                        | 152     | 146        |
|  | Sub-total                         | 830     | 794        |
| CIVIS  | Administrativos do MPCM           | 202     | 165        |
|  | MPISN (admin., S/V,<br>operários) | 162     | 75         |
|  | Sub-total                         | 364     | 240        |
|  | Total                             | 1484    | 1320       |

\*Mais 52 agentes em situações estatutárias específicas

Quadro 7.4 – Recursos humanos da DGAM/CGPM

(2) Recursos financeiros

| Estrutura de Custos (todas as Fontes de Financiamento)        | Euros                |                      |                      |
|---|----------------------|----------------------|----------------------|
|   | 2014                 | 2015                 | 2016                 |
| 61 - Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas     | 193.484,96           | 240.705,67           | 128.954,06           |
| 62 - Fornecimentos e serviços externos                        | 7.303.610,26         | 8.509.273,49         | 9.087.719,92         |
| 63 - Transferências correntes concedidas e prestações sociais | 3.700,00             | 18.100,00            | 18.500,00            |
| 642 - Remunerações do pessoal a)                              | 130.118,82           | 160.785,15           | 282.862,33           |
| 642 - Remunerações do pessoal b)                              | 38.884.672,30        | 38.625.877,12        | 36.308.968,86        |
| 645 - Encargos sobre remunerações a)                          | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |
| 645 - Encargos sobre remunerações b)                          | 0,00                 | 0,00                 | 6.047.682,67         |
| 648 - Outros custos com o pessoal                             | 22.023,21            | 19.623,90            | 1.856,01             |
| 65 - Outros custos e perdas operacionais                      | 14.000,00            | 0,00                 | 0,00                 |
| 66 - Amortizações   | 3.242.286,64         | 3.313.278,70         | 2.892.547,83         |
| 68 - Custos e perdas financeiras                              | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |
| 69 - Custos e perdas extraordinárias                          | 3.670,74             | 17.075,13            | 589.843,36           |
| <b>Total</b>  | <b>49.797.566,93</b> | <b>50.904.719,16</b> | <b>55.358.935,04</b> |
| Execução Orçamental efetuada na DGAM (a)                      | Valores              |                      |                      |
|   | 2014                 | 2015                 | 2016                 |
| 01 - Despesas com pessoal                                     | 31.161,37            | 19.339,16            | 10.375,84            |
| 02.01 - Aquisição de bens                                     | 1.886.027,35         | 2.414.279,05         | 3.070.090,55         |
| 02.02 - Aquisição de serviços                                 | 4.994.653,81         | 5.633.910,69         | 5.300.745,69         |
| 04 - Transferências Correntes                                 | 17.700,00            | 18.100,00            | 18.500,00            |
| 06 - Subsídios  | 24.657,21            | 8.222,24             | 25.047,54            |
| 07 - Aquisição de bens de capital                             | 1.570.082,10         | 2.063.641,10         | 2.787.118,51         |
| 08 - Transferências de capital                                | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |
| <b>Total</b>  | <b>8.524.281,84</b>  | <b>10.157.492,24</b> | <b>11.211.878,13</b> |
| Totalidade da Receita da DGAM                                 | Valores              |                      |                      |
|   | 2014                 | 2015                 | 2016                 |
| R.04.01.99.99.05 - Taxas diversas-Outras-Organismos do MDN    | 10.833.545,49        | 11.844.947,14        | 11.885.809,95        |
| R.04.02.04.99.05 - Coimas penalidades por contra-ordenaç-Out  | 237.572,46           | 246.430,99           | 360.558,87           |
| R.06.03.01.01.05 - Transferência correntes-Estado             | 14.711,30            | 0,00                 | 0,00                 |
| R.06.09.01.05.05 - Outros fundos MDN                          | 0,00                 | 0,00                 | 41.986,80            |

|   |                      |                      |                      |
|---|----------------------|----------------------|----------------------|
| R.07.01.99.99.05 - Venda Bens:Outros-Organismos do MDN                | 9.067,28             | 85,00                | 0,00                 |
| R.07.02.99.99.05 - Venda Serviços:Outros-Organismos do MDN            | 554.477,77           | 714.797,32           | 1.589.740,78         |
| R.08.01.99.99.05 - ORecCor:Outras-Outras-OrgMDN                       | 16.927,94            | 25.461,87            | 11.327,60            |
| R.16.01.03.01.05 - Sld Ger Ant:na posse do serv-Cons-OrgMDN           | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                 |
| R.16.01.05.01.05 - Sld Ger Ant:na posse do Tes-Cons-OrgMDN            | 0,00                 | 359.640,69           | 39.516,57            |
| R.16.01.05.02.05 - Sld Ger Ant: na posse do Tes-Cons: Cobr trans sld: | 331.625,16           | 0,00                 | 0,00                 |
| <b>Total</b>  | <b>11.997.927,40</b> | <b>13.191.363,01</b> | <b>13.928.940,57</b> |

(a) Contempla todas as fontes de financiamento exectadas pela DGAM. Não considera a execução efetuada em outras divisões, cujo financiamento foi assegurada pela DGAM por Transferência Interna (p.e.: pagamento de emolumentos e ajudas de custo)

Quadro 7.5 – Recursos financeiros da DGAM/CGPM

### (3) Recursos Materiais

| Atividade                 | Tipo  | Quantidade |
|---------------------------|---|------------|
| Salvamento Marítimo (ISN) | Estações Salva-vidas                            | 30         |
|                           | Embarcações Salva-vidas (UAM)                   | 15         |
|                           | Embarcações semi-rígidas                        | 60         |
|                           | Botes pneumáticos tipo ZEBRO                    | 14         |
|                           | Motos de água                                   | 34         |
|                           | Viaturas  | 36         |
| Assinalamento Marítimo    | Sistemas radioposicionamento DGPS               | 4          |
|                           | Faróis (1)                                      | 53         |
|                           | Farolins e boias (2)                            | 890        |
|                           | Sinais sonoros (3)                              | 26         |
|                           | Embarcações de apoio balizagem                  | 4          |
|                           | Viaturas  | 16         |
| Policimento Marítimo      | Residências associadas (4)                      | 195        |
|                           | Lanchas aladoras                                | 10         |
|                           | Botes   | 44         |
|                           | Embarcações semi-rígidas                        | 53         |
|                           | Embarcações semi-rígidas EAV                    | 22         |
|                           | Embarcações semi-rígidas cabinadas              | 6          |
|                           | Unidades Auxiliares de Marinha (UAM)            | 14         |
|                           | Motos de água                                   | 33         |
|                           | Viaturas (todo o terreno tipo "O")              | 70         |
|                           | Viaturas Moto (4x4 tipo "W")                    | 59         |
| Apoio                     | Viaturas Vigilância Costeira                    | 2          |
|                           | Botes   | 11         |
|                           | Motos de água                                   | 4          |
|                           | Embarcações Rígidas                             | 3          |
|                           | Embarcações semi-rígidas                        | 3          |
|                           | Unidades Auxiliares de Marinha (UAM)            | 8          |
| Combate à Poluição        | Embarcações semi-rígidas cabinadas              | 3          |
|                           | Embarcações de recolha portuária                | 2          |
| Infraestruturas           | Meios de transporte, movimentação e armazenagem | 23         |
|                           | Estações Salva-vidas                            | 30         |
|                           | Capitanias e Departamentos                      | 33         |
|                           | Postos de Fiscalização Marítimos                | 26         |
|                           | Delegações Marítimas                            | 17         |
|                           | Bases Logísticas da DCPM                        | 6          |

Notas:

(1) Continente 30, Açores 16, Madeira 7.

(2) DF 88 farolins e 20 boias, Administrações Portuárias 366 farolins e 416 boias.

(3) DF 14, Administrações Portuárias 12, boias com sinal sonoro 11

(4) Continente 145, Açores 38, Madeira 12

Quadro 7.6 – Recursos materiais da DGAM/CGPM

#### d) Avaliação final

Foram atingidos os objetivos definidos superiormente e previstos na documentação estratégica enquadradora da atividade da DGAM, considerando-se que os recursos disponíveis foram suficientes para assegurar o cumprimento das atividades, embora com impacto, face à necessidade de priorização de tarefas.

Os recursos financeiros disponibilizados à DGAM/CGPM em 2016 totalizaram 55.358.935,04 €, desagregados nas várias Fontes de Financiamento, conforme explanado no quadro 7.5.

A respeito dos recursos disponíveis, evidencia-se a necessidade de continuar o esforço de reforçar o quadro de pessoal da Polícia Marítima e do QPCISN iniciado em 2016, adequando-os às missões que lhe estão atribuídas, e garantindo a operacionalidade das Estações Salva-Vidas, sobre as quais recaem grandes responsabilidades no âmbito do salvamento marítimo e salvaguarda da vida humana no mar. No futuro, pretende-se reforçar a capacidade de Autoridade Marítima, de Combate à Poluição do Mar e de Assinalamento Marítimo, por via do treino e formação, aquisição de embarcações salva-vidas e de diversos meios náuticos e terrestres, passando pela aquisição de equipamento afeto ao programa de reapetrechamento da PM.

Em 2016 deu-se continuidade, nos termos do normativo vigente, ao acompanhamento e controlo de execução material e financeiro dos projetos financiados pela LPM e Investimento (Ex-PIDDAC), na aplicação Enterprise Project Manager. Nestes termos, todos os projetos desenvolvidos pela DGAM em 2016 foram inseridos nesta ferramenta, encontrando-se concluídos.

Ainda ao nível da obtenção de fontes suplementares de financiamento, conforme orientação estratégica superiormente definida, a DGAM pretende manter o investimento na apresentação de candidaturas, tendo, em 2016, submetido candidaturas a projetos cofinanciados, designadamente Capitania On-line +, no âmbito do programa do Sistema de Apoio à Modernização e Capacitação da Administração Pública – SIMPLEX +e ao Programa Operacional do Mar2020 – Projeto de Apoio ao planeamento, execução e controlo da atividade de fiscalização da atividade da pesca no âmbito do SIFICAP (APEC-SIFICAP) e Projeto de Modernização das embarcações de fiscalização.